

JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR
JULIANO HEINEN
MARINÊS RESTELATTO DOTTI
RAFAEL MAFFINI

COMENTÁRIOS À LEI DAS
**EMPRESAS
ESTATAIS**
Lei nº 13.303/16



Jessé Torres Pereira Junior
Juliano Heinen
Marinês Restelatto Dotti
Rafael Maffini

COMENTÁRIOS À LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS

Lei nº 13.303/16

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Público-alvo/consumidores

Acadêmicos de direito.

Profissionais que atuam na área.

Servidores e gestores públicos

O estatuto das empresas públicas, das sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que a Lei nº 13.303/2016 vem de veicular, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 19/1998, dedica grande parte de suas disposições a princípios e normas que devem reger a atividade administrativa, nada obstante, empresarial. Daí a relevância de examinar-se o que estabelece a norma estatutária especial quanto ao desempenho dos agentes dessas empresas ao tomarem decisões de tão extensa quanto profunda repercussão sobre a ordem econômica e social do país. É o que os autores dos presentes comentários pretendem submeter à reflexão de seus leitores, apresentando:

- comentários minuciosos a cada dispositivo;
- casos práticos e possibilidades de incidência cada regra;
- perspectiva jurisprudencial presente em cada tema;
- modelos de editais relativos aos comentários à referida legislação.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001347

C732 Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16/ Jessé Torres Pereira Junior
...[et al.] – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

805 p.

Autores: Jessé Torres Pereira Junior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto Dotti,
Rafael Maffini

ISBN: 978-85-450-0463-9

1. Direito Administrativo. I. Pereira Junior, Jessé Torres. II. Heinen, Juliano. III.
Dotti, Marinês Restelatto. IV. Maffini, Rafael. V. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres et al. *Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 805 p. ISBN 978-85-450-0463-9.

Jessé Torres Pereira Junior

Desembargador e professor-coordenador dos cursos de pós-graduação de direito administrativo da Escola da Magistratura e da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Autor, individual ou em coautoria, de livros e artigos especializados em direito público.

Juliano Heinen

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor de graduação em Direito (Faculdade IMED e Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP) e de pós-graduação em Direito (Faculdade IMED, UNISINOS, UNIRITTER, Universidade de Caxias do Sul). Professor nos cursos de extensão da Escola Superior da Magistratura Federal – ESMAFE, da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul – FESDEP e da Escola Superior de Advocacia Pública do Rio Grande do Sul – ESAPERGS. Autor de dezenas de livros, destacando-se *Comentários à Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013* (Editora Fórum) e *Comentários à Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011* (Editora Fórum). Ex-Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, desempenha as funções de Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

Marinês Restelatto Dotti

Advogada da União. Especialista em Direito do Estado e em Direito e Economia pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora nos cursos de especialização em Direito Público da

Faculdade IDC – Instituto de Desenvolvimento Cultural – e especialização em Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, da UniRitter – Laureate International Universities, em Porto Alegre.

Rafael Maffini

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (1998). Mestre (2001) e Doutor (2006) em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto de Direito Administrativo e Notarial do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da UFRGS. Professor de Direito Administrativo no Curso de Especialização em Direito do Estado e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito (mestrado e doutorado) da UFRGS. Advogado em Porto Alegre, na condição de sócio-diretor do escritório Rossi, Maffini, Milman & Grandó Advogados. Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em vaga destinada a advogados, para o biênio 2016/2018.

SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO 27

COMENTÁRIOS – ARTIGOS 1º-27

RAFAEL MAFFINI

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA 31

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 31

Art. 1º 31

1. Considerações introdutórias 32
2. Questão da competência legislativa 34
3. Objeto da Lei nº 13.303/2016 37
4. Aplicação da Lei nº 13.303/2016 às estatais que prestam serviços públicos 38
5. Empresas estatais de pequeno porte 42

Arts. 2º, 3º e 4º 44

1. Formas de atuação (intervenção) do Estado na Ordem Econômica 45
2. Requisitos de criação de empresas públicas e sociedades de economia mista 46
3. Criação de subsidiárias e participação acionária em empresas privadas 49
4. Comparação entre empresas públicas e sociedades de economia mista 51
5. Conceito legal e características das empresas públicas 53
6. Conceito legal e características das sociedades de economia mista 55

CAPÍTULO II

DO REGIME SOCIETÁRIO DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA 57

Seção I

Das Normas Gerais 57

Arts. 5º, 6º, 7º e 8º 57

Art. 9º 58

Arts. 10, 11 e 12 59

Art. 13 60

1. Aspectos gerais do regime societário das empresas estatais 60
2. Deveres de governança corporativa, de transparência, de gestão de risco e de controle interno 63

3.	Comitê de Elegibilidade	70
4.	Arbitragem	74
5.	Diretrizes e restrições legais para a estruturação e funcionamento das empresas estatais.....	76
Seção II		
	Do Acionista Controlador	79
	Arts. 14 e 15	79
Seção III		
	Do Administrador	83
	Arts. 16 e 17	83
1.	Do regime jurídico aplicável aos administradores das estatais.....	85
2.	Dos requisitos e vedações aplicáveis na indicação dos membros do Conselho de Administração e na Diretoria	87
3.	Outros institutos decorrentes da profissionalização das estatais.....	98
Seção IV		
	Do Conselho de Administração	99
	Arts. 18, 19, 20 e 21	99
1.	Das competências do Conselho de Administração das estatais	100
2.	Participação de representante dos empregados no Conselho de Administração.....	101
3.	Participação de representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração	103
4.	Limite de participação remunerada de membros da administração pública em Conselhos de Administração	104
Seção V		
	Do Membro Independente do Conselho de Administração	106
	Art. 22	106
Seção VI		
	Da Diretoria.....	109
	Art. 23.....	109
Seção VII		
	Do Comitê de Auditoria Estatutário.....	111
	Art. 24.....	111
	Art. 25.....	112
1.	Competências e funcionamento do Comitê de Auditoria Estatutário	113
2.	Composição do Comitê de Auditoria Estatutário e requisitos para a indicação de seus membros.....	114
Seção VIII		
	Do Conselho Fiscal.....	116
	Art. 26.....	116
CAPÍTULO III		
	DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	120
	Art. 27.....	120
	REFERÊNCIAS	123

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS, ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ÀS SUAS SUBSIDIÁRIAS QUE EXPLOREM ATIVIDADE ECONÔMICA DE PRODUÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE BENS OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AINDA QUE A ATIVIDADE ECONÔMICA ESTEJA SUJEITA AO REGIME DE MONOPÓLIO DA UNIÃO OU SEJA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS 125

CAPÍTULO I

DAS LICITAÇÕES 125

Seção I

Da Exigência de Licitação e dos Casos de Dispensa e de Inexigibilidade 125

Art. 28 125

1. Procedimento licitatório	127
2. Autoaplicabilidade do regime de licitação e contratação da Lei nº 13.303/16	128
3. Revogação do Decreto nº 2.745/98 (regulamento de licitações e contratações da Petrobras)	129
4. Afastamento do procedimento licitatório	129
5. Aplicabilidade da Lei nº 13.303/16 em licitações realizadas por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços	132
6. Comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados aos objetos sociais das empresas estatais	134
7. Contratos de terceirização de mão de obra	143
8. Contratação de advogado para atuar na defesa de dirigente da empresa estatal	145
9. Alienação de bens e ativos	147
10. Tratamento privilegiado às entidades de menor porte.....	147
11. Aplicação do Decreto federal nº 8.538/15.....	148
12. Momento apropriado para aferição da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.....	149
13. Prazo especial para regularização da situação fiscal.....	150
13.1 Regularização tão só da situação fiscal	150
14. Aplicabilidade do art. 81 da Lei nº 8.666/93	151
15. Documentos comprobatórios da regularidade fiscal da entidade de menor porte	151
16. Exigência de regularidade fiscal nas licitações e contratações das empresas estatais.....	153
17. Empate ficto e aplicação do art. 44, §1º, da Lei Complementar nº 123/06.....	153
18. Participação exclusiva de entidades de menor porte em licitação dividida em itens ou lotes/grupos	154
19. Subcontratação.....	155
20. Reserva de cotas.....	157
21. Contratação preferencial de entidades de menor porte.....	158
22. Tratamento favorecido aplicável às sociedades cooperativas	158
23. O minudente tratamento diferenciado deferido às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas em licitações e contratações.....	159
24. Aplicação da Lei nº 13.303/16, no que couber, aos convênios e contratos de patrocínio	159
25. Natureza jurídica do patrocínio	159
26. Restrições à concessão de patrocínio	160
27. Inaplicabilidade de licitação prévia para a concessão de patrocínio	160
28. Convênio	161
29. Realização de licitação para a celebração de convênio.....	162
30. Prévia licitação para a celebração de ajuste com entidade privada sem fins lucrativos	162
31. Inaplicabilidade de prévia licitação para a celebração de convênio com ente público	163
32. Ajustes celebrados com organizações da sociedade civil.....	163
33. Processo seletivo para a escolha da organização da sociedade civil	164
34. Ajustes celebrados com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	165
35. Análise do histórico de envolvimento com corrupção ou fraude na celebração de convênio.....	166
36. Adoção de controles e políticas de integridade	166
37. Vedações à celebração de convênios e contratos de patrocínio	167
38. Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com dirigente de partido político	167
39. Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com titular de mandato eletivo.....	167
40. Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com empregado ou administrador de empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, e também com pessoa jurídica cujo proprietário ou administrador seja uma dessas pessoas.....	168

Art. 29	170
1. Regra geral da licitação.....	172
2. Distinção entre dispensa e inexigibilidade de licitação	173
3. Rol taxativo.....	173
4. Fornecedor exclusivo e dispensa de licitação.....	173
5. Dispensa de licitação em razão do valor (art. 29, I e II)	174
6. Preferência às entidades de menor porte nas contratações diretas pelo valor	176
7. Alteração de valores autorizadores da dispensa de licitação	177
8. Dispensa decorrente de licitação deserta (art. 29, III)	178
9. Dispensa decorrente de licitação frustrada (art. 29, IV).....	178
10. Dispensa de licitação para locação ou compra de imóvel (art. 29, V).....	179
11. Locação nos contratos de construção ajustada, locação sob medida ou “built to suit”	180
12. Dispensa de licitação na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento (art. 29, VI)	182
13. Dispensa de licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso (art. 29, VII)	183
14. Dispensa de licitação para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica (art. 29, VIII)	184
15. Dispensa de licitação na contratação de associação de pessoas com deficiência física (art. 29, IX).....	184
16. Dispensa de licitação na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público (art. 29, X)	185
17. Dispensa de licitação nas contratações entre empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias (art. 29, XI).....	186
18. Dispensa de licitação na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis (art. 29, XII).....	187
19. Dispensa de licitação para o fornecimento de bens e serviços envolventes de complexidade tecnológica e defesa nacional (art. 29, XIII)	188
20. Dispensa de licitação para as contratações que visem ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/04 (art. 29, XIV)	189
21. Dispensa de licitação decorrente de situação emergencial (art. 29, XV)	191
22. Contratação emergencial decorrente de desídia administrativa	192
23. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa em razão de conduta que tenha dado causa à situação emergencial.....	193
24. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa em razão de conduta que dispense indevidamente o procedimento licitatório	194
25. Dispensa de licitação na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública (art. 29, XVI).....	196
26. Dispensa de licitação na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social (art. 29, XVII).....	196
27. Justificativa dos atos que transferem o domínio de bens a órgãos e entidades da administração pública e a terceiros privados	198
28. Dispensa de licitação na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que as empresas estatais produzam ou comercializem (art. 29, XVIII).....	198
28.1 Regime especial de desinvestimento das sociedades de economia mista.....	199
29. Dispensa indevida de licitação e presunção de prejuízo ao erário	200
Art. 30	201
1. Inexigibilidade de licitação	202
2. Rol exemplificativo.....	202
3. Fornecedor exclusivo	202
4. Competência para atestar a exclusividade do fornecedor.....	204
5. Serviços técnicos especializados	204
6. Singularidade do objeto.....	204
7. Notória especialização	205
8. Sobrepreço ou superfaturamento.....	205
9. Formalidades legais	207
10. Razão da escolha do fornecedor ou executante	207
11. Justificativa do preço.....	208
Seção II	
Disposições de Caráter Geral sobre Licitações e Contratos	209
Art. 31	209
1. Seleção da proposta mais vantajosa.....	210
2. Sobrepreço	211
3. A consulta baseada em três orçamentos.....	214
4. Margem de tolerância para a aceitação da melhor proposta	215

5. Providências a serem tomadas pela empresa uma vez verificada a existência de sobrepreço no curso do contrato.....	215
6. Superfaturamento.....	216
7. Medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas.....	217
8. Deficiência na execução de obras e serviços de engenharia, de que resulte diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança.....	217
9. Alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia geradoras de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.....	218
10. Alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a empresa pública ou a sociedade de economia mista, ou reajuste irregular de preços.....	220
11. Alterações de cláusulas financeiras geradoras de recebimentos contratuais antecipados.....	220
12. Distorção do cronograma físico-financeiro.....	221
13. Planilha de formação de custos.....	223
14. Prorrogação injustificada de prazo contratual, com custos adicionais para a empresa pública ou a sociedade de economia mista.....	224
15. Reajuste irregular de preços.....	224
16. Responsabilidade decorrente de superfaturamento nas contratações diretas.....	225
17. Precedentes do Tribunal de Contas da União a respeito do superfaturamento.....	225
18. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi e Sistema de Custos Referenciais de Obras – Sicro.....	227
19. Princípios.....	230
19.1 Legalidade.....	230
19.2 Impessoalidade.....	231
19.3 Moralidade.....	232
19.4 Igualdade.....	232
19.5 Publicidade.....	233
19.6 Eficiência.....	234
19.7 Proibição administrativa.....	235
19.7.1 Sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa.....	236
19.7.2 Sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa.....	237
19.8 Economicidade.....	237
19.9 Desenvolvimento nacional sustentável.....	238
19.10 Vinculação ao instrumento convocatório.....	241
19.11 Competitividade.....	241
19.12 Julgamento objetivo.....	242
20. Procedimento de manifestação de interesse privado.....	242
Art. 32.....	244
1. Diretriz.....	245
2. Padronização do objeto da licitação.....	245
3. Padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos.....	247
4. Exame de minutas de instrumentos convocatórios e contratos pela assessoria jurídica.....	247
5. Busca da maior vantagem para a empresa pública ou sociedade de economia mista.....	250
6. Parcelamento do objeto.....	251
6.1 Parcelamento do objeto em lotes ou grupos.....	252
7. Serviços distintos.....	254
8. Fracionamento de despesa.....	254
9. Planejamento.....	255
10. Adoção preferencial do pregão.....	256
11. Forma eletrônica do pregão.....	257
12. Bens e serviços de natureza comum.....	260
13. Bens e serviços de tecnologia da informação.....	260
14. Utilização do pregão na contratação de serviço de engenharia.....	261
15. Aplicação de sanção na modalidade pregão.....	261
16. Utilização da modalidade pregão e aplicação de sanções decorrentes de atraso injustificado na execução do contrato ou de sua inexecução parcial ou total.....	264
17. Política de integridade.....	265
18. Respeito a normas de caráter ambiental, urbanístico e de proteção ao patrimônio imaterial.....	271
19. Danos ambientais.....	271
20. Prescrições de caráter ambiental.....	272
21. Normas de sustentabilidade nas contratações da administração pública.....	272
22. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.....	273
Art. 33.....	277
Art. 34.....	279
1. Sigilo do orçamento.....	279

2.	Momento da divulgação do valor estimado do contrato	287
3.	Divulgação do orçamento estimado da contratação na modalidade do pregão.....	288
4.	Mitigação da regra do sigilo	289
5.	Orçamento estimado do objeto acessível aos órgãos de controle, interno e externo.....	289
6.	Responsabilidade do agente público decorrente da divulgação, permissão da divulgação ou do acesso ao valor sigiloso atribuído ao objeto da licitação.....	291
Art. 35		294
Art. 36.....		298
Art. 37.....		299
1.	Sanções aplicáveis na fase de execução contratual.....	299
1.1	Advertência	299
1.2	Multa	300
1.3	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora.....	300
2.	Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	301
3.	Impedimento para disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.....	302
4.	Impedimento para disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato em razão de outras sanções	303
5.	Extinção dos motivos que deram causa à restrição	308
Art. 38.....		309
1.	Impedimento decorrente da condição de administrador ou acionista de empresa	310
2.	Impedimento decorrente da aplicação de sanção de suspensão	310
3.	Vedação à participação indireta da execução de contrato	310
4.	Declaração de inidoneidade.....	310
5.	Impedimento resultante da condição de sócio ou administrador de empresa sancionada com proibição para participar de licitações e contratar com o poder público	314
6.	Vedação à contratação de empregado ou dirigente da empresa estatal.....	316
7.	Vedação baseada na relação de parentesco	316
8.	Vedação baseada na permanência de vínculos	318
Art. 39.....		319
1.	Divulgação na internet.....	319
2.	Prazos mínimos.....	322
3.	Divulgação de aviso de edital na modalidade pregão.....	323
4.	Modificações promovidas no instrumento convocatório.....	324
Art. 40		326
1.	Regulamento interno de licitações e contratos.....	326
2.	Glossário de expressões técnicas.....	327
3.	Cadastro de fornecedores.....	327
4.	Minutas-padrão de editais e contratos.....	328
5.	Procedimentos de licitação e de contratação direta.....	328
6.	Fase externa	329
7.	Contratações diretas.....	333
8.	Tramitação de recursos.....	334
9.	Formalização de contratos	334
10.	Gestão de contratos	334
11.	Fiscalização de contratos	335
12.	Aplicação de penalidades.....	335
13.	Recebimento do objeto do contrato	336
14.	Outros tópicos aplicáveis à composição do regulamento	336
14.1	Fase interna do procedimento licitatório	336
14.2	Pesquisa de preços.....	339
14.3	Impugnação e pedido de esclarecimento.....	339
14.4	Sistema de registro de preços	340
14.5	Adesão à ata de registro de preços	341
14.6	Pré-qualificação.....	341
14.7	Garantia.....	341
14.8	Tratamento privilegiado a entidades de menor porte	342
14.9	Disponibilização na internet	342
Art. 41.....		343
1.	Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade (art. 89).....	343
2.	Frustrar ou fraudar competição (art. 90).....	347

3.	Patrocínio direto ou indireto de interesse privado (art. 91)	350
4.	Modificação ou vantagem contratual na fase de execução (art. 92)	351
5.	Impedir, perturbar ou fraudar atos do procedimento licitatório (art. 93).....	353
6.	Devassar o sigilo de proposta apresentada (art. 94).....	354
7.	Afastar ou procurar afastar licitantes por meios ilegais (art. 95).....	355
8.	Fraudar licitação (art. 96).....	356
a)	Elevação arbitrária de preços	356
b)	Venda, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada ou deteriorada	359
c)	Entrega de uma mercadoria por outra	359
d)	Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida	360
e)	Ação que torne, por qualquer modo e injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato	360
9.	Contratar com quem foi declarado inidôneo (art. 97).....	361
10.	Frustrar a participação em licitação (art. 98)	363
11.	Aplicação de multa (art. 99).....	364

Seção III

Das Normas Específicas para Obras e Serviços 366

Art. 42..... 366

Art. 43..... 369

1.	Regimes de execução indireta.....	370
2.	Empreitada por preço unitário	371
3.	Empreitada por preço global	372
4.	Empreitada integral.....	374
5.	Tarefa	375
6.	Aceitação das propostas de preço nos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa	375
7.	Aceitação de propostas de preço nos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral.....	377
8.	Contratação semi-integrada.....	378
9.	Regime de contratação integrada.....	380
10.	Anteprojeto.....	383
11.	Matriz de riscos.....	386
12.	Julgamento de propostas nos regimes de contratação integrada e semi-integrada	391
13.	Estimativa de custos nos regimes de contratação integrada e semi-integrada	392
14.	Estudos técnicos preliminares e de viabilidade técnica.....	394
15.	Estudos técnicos preliminares	394
16.	Estudo de viabilidade técnica	395
17.	Projeto básico	396
18.	Contratação do projeto básico e do anteprojeto.....	400
19.	Projeto executivo	401

Art. 44..... 404

1.	Impedimentos	404
2.	Autores do projeto básico, anteprojeto e termo de referência.....	405
3.	Contratação de pessoa, física ou jurídica, para exercer funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento	405
4.	Participação de empresa cujo sócio seja associado ao autor do projeto básico em outra sociedade empresarial.....	406
5.	Pessoa jurídica participante de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico.....	408
6.	Administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio	408
7.	Relação de parentesco entre o sócio de empresa licitante e o autor do projeto básico ou anteprojeto.....	408
8.	Projeto executivo	410
9.	Empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela empresa estatal	410

Art. 45..... 412

Art. 46..... 417

1.	Contratação de mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço.....	417
2.	Procedimento licitatório e credenciamento	418

Seção IV

Das Normas Específicas para Aquisição de Bens 420

Art. 47..... 420

1.	Aquisição de bens (compra).....	420
2.	Indicação de marca ou modelo.....	422
3.	Indicação de marca ou modelo para o efeito de padronização	422
4.	Única marca ou modelo capaz de atender ao objeto do contrato	423

5.	Indicação de marca necessária à compreensão do objeto.....	424
6.	Exigência de amostra do bem no procedimento de pré-qualificação	425
7.	Exigência de amostra do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances.....	425
8.	Direito à contraprova	426
9.	Efeito da não apresentação da amostra.....	427
10.	Certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação.....	428
11.	Exigência de caráter ambiental.....	434

Art. 48..... 435

Seção V

Das Normas Específicas para Alienação de Bens 438

Art. 49 438

1.	A regra geral de licitar para a alienação de bens	438
2.	Afastamento da regra da licitação nas alienações de bens.....	439
3.	Outras hipóteses de afastamento da regra geral da licitação nas alienações de bens	439
4.	Avaliação formal do bem.....	440
5.	Afastamento da avaliação formal do bem	441

Art. 50..... 442

Seção VI

Do Procedimento de Licitação..... 445

Art. 51 445

1.	Preparação da licitação	445
2.	Divulgação.....	448
3.	Apresentação de lances ou propostas	449
4.	Julgamento.....	449
5.	Verificação de efetividade dos lances ou propostas	450
6.	Negociação	450
7.	Habilitação.....	451
8.	Interposição de recursos.....	451
9.	Adjudicação do objeto	451
10.	Homologação do resultado ou revogação do procedimento licitatório.....	452
11.	Fase externa da licitação (art. 51 da Lei nº 13.303/16) na forma eletrônica	453
12.	Inversão de fases.....	455
13.	Contratação de obra de engenharia	456
14.	Condução do procedimento licitatório	456
15.	Segregação de funções.....	458
16.	Profissionalização.....	459

Art. 52..... 460

Art. 53..... 460

1.	Modos de disputa.....	460
1.1	Modo de disputa aberto	461
1.2	Modo de disputa fechado.....	462
2.	Escolha do modo de disputa.....	462
3.	Combinação dos modos de disputa.....	463
4.	Lances intermediários.....	464
5.	Intervalo mínimo de diferença entre lances	464
6.	Definição das demais colocações.....	467

Art. 54..... 468

1.	Critério de julgamento de lances ou propostas.....	469
2.	Critério de julgamento baseado no menor preço.....	470
3.	Menor taxa de administração	470
4.	Critério de julgamento baseado no maior desconto.....	473
5.	Desconto linear em planilhas de formação de custos	474
5.1	Termos aditivos.....	475
6.	Critério de julgamento baseado na combinação técnica e preço.....	476
7.	Critério de julgamento baseado na melhor técnica	479
8.	Critério de julgamento baseado no melhor conteúdo artístico.....	480
9.	Critério de julgamento baseado na maior oferta de preço	481
10.	Critério de julgamento baseado no maior retorno econômico	482
11.	Critério de julgamento baseado na melhor destinação de bens alienados	485

Art. 55..... 487

1.	Preferência para entidades de menor porte.....	487
2.	Novas propostas fechadas.....	488
3.	Desempenho contratual precedente.....	488
4.	Lei de informática e automação e Lei nº 8.666/93.....	488
5.	Sorteio.....	490
Art. 56.....		491
1.	Verificação de efetividade da proposta.....	492
2.	Presença de vícios insanáveis.....	493
3.	Descumprimento de especificações técnicas previstas no instrumento convocatório.....	496
4.	Notas e conceitos sobre propostas técnicas.....	497
5.	Preços manifestamente inexequíveis.....	498
6.	Desclassificação de lances ou propostas que se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação.....	501
7.	Desclassificação de lances ou propostas na modalidade de pregão.....	501
8.	Regimes de empreitada por preço global e empreitada integral.....	502
9.	Regimes de empreitada por preço unitário e tarefa.....	503
10.	Não comprovação da exequibilidade da proposta ou lance.....	504
11.	Inexequibilidade de itens da planilha de formação de custos.....	506
12.	Acomodação de propostas.....	508
13.	Erro no preenchimento de planilha de composição de custos.....	508
14.	Questões envolvendo a análise de propostas.....	509
Art. 57.....		511
1.	Fase da negociação.....	511
2.	Revogação da licitação caso as propostas permaneçam acima do valor estimado.....	512
3.	Apresentação de outras propostas na modalidade de pregão.....	512
Art. 58.....		515
1.	Rol exaustivo de requisitos de habilitação.....	515
2.	Documentos aptos a comprovar a possibilidade de aquisição de direitos e da contratação de obrigações por parte do licitante.....	516
3.	Qualificação técnica do licitante.....	518
4.	Apresentação de atestados.....	519
5.	Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente.....	520
6.	Capacidade econômica e financeira do licitante.....	524
7.	Relação de compromissos assumidos.....	524
8.	Balanço patrimonial.....	525
9.	Aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis.....	525
10.	Índices de qualificação econômica e financeira.....	526
11.	Capital integralizado mínimo.....	528
12.	Declaração de Habilitação Profissional – DHP em documentos contábeis dos licitantes.....	529
13.	Certidão negativa de falência ou de execução patrimonial.....	530
14.	Contratação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial.....	531
15.	Licitação dividida em itens ou lotes (grupos).....	533
16.	Comprovação da regularidade fiscal do licitante.....	533
17.	Requisitos previstos em normas esparsas.....	536
18.	Recolhimento de quantia a título de adiantamento.....	539
19.	Requisitos de habilitação exigíveis na modalidade do pregão.....	541
20.	Regularidade trabalhista.....	542
21.	Impedimento para participar de licitação e contratar com empresa estatal.....	543
Art. 59.....		544
1.	Fase recursal única.....	544
2.	Acesso aos autos do processo.....	544
3.	Competência para o julgamento de recurso.....	545
4.	Prazo para julgamento do recurso.....	545
5.	Inversão de fases.....	546
6.	Consequências da supressão do prazo legal para a interposição de recurso.....	547
Art. 60.....		548
Art. 61.....		549
Art. 62.....		550
1.	Revogação da licitação.....	550
2.	Revogação da licitação em razão do valor da proposta ou lance.....	551
3.	Revogação da licitação em decorrência da não assinatura do termo de contrato.....	551
4.	Nulidade.....	552
5.	Nulidade dos atos geradores do vício.....	553

6.	A nulidade do contrato, precedido ou não de licitação, e a obrigação de indenizar	556
7.	Manifestação prévia dos licitantes acerca da revogação e da anulação	563

Seção VII

Dos Procedimentos Auxiliares das Licitações	565
--	------------

Art. 63.....	565
---------------------	------------

Art. 64.....	566
---------------------	------------

1.	Diretrizes aplicáveis à pré-qualificação permanente.....	566
2.	Edital de chamamento público	567
3.	Requisitos de habilitação	568
4.	Pré-qualificação de bens	571
5.	Amostra.....	572
6.	Licitação restrita a pré-qualificados.....	572

Art. 65.....	574
---------------------	------------

1.	Cadastramento ou registro cadastral.....	574
2.	Documento de habilitação desatualizado no registro cadastral.....	575
3.	Diretrizes aplicáveis ao cadastramento	576
4.	Prévia inscrição em registro cadastral para efeito de habilitação em licitação	577
5.	Registro da atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas	577
6.	Descrédito de inscrito no registro cadastral	578
7.	Irregularidades nos procedimentos auxiliares de pré-qualificação e cadastramento	578

Art. 66.....	579
---------------------	------------

1.	Sistema de registro de preços	579
2.	Objetos do registro de preços	579
3.	Regulamentação.....	580
4.	Efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado.....	580
5.	Utilização da modalidade de pregão para a formação do registro de preços	583
6.	Edital de licitação para o sistema de registro de preços	583
7.	Rotina de controle e atualização dos preços registrados.....	584
8.	Validade do registro	584
9.	Cadastro de reserva.....	585
10.	Não obrigatoriedade de contratar.....	586
11.	Ata de registro de preços.....	586

Art. 67.....	587
---------------------	------------

Catálogo eletrônico de padronização	587
REFERÊNCIAS	589

Art. 68.....	593
---------------------	------------

COMENTÁRIOS – ARTIGOS 68-97

JULIANO HEINEN

CAPÍTULO II

DOS CONTRATOS	593
----------------------------	------------

Seção I

Da Formalização dos Contratos.....	593
---	------------

1.	Contratos administrativos e contratos da Administração.....	593
2.	Natureza jurídica dos contratos feitos pelas empresas estatais.....	596
3.	Conclusões.....	599

Art. 69.....	601
---------------------	------------

1.	Regime jurídico das cláusulas contratuais imprescindíveis.....	602
2.	Cláusulas necessárias dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/16.....	604
2.1	Objeto e elementos característicos do contrato – Inciso I	605
2.2	Regime de execução ou a forma de fornecimento – Inciso II.....	605
2.3	Condições de pagamento, periodicidade e critérios de reajuste – Inciso III.....	605
2.4	Prazos, etapas e fases do adimplemento – Inciso IV	606
2.5	Garantias – Inciso V	606
2.6	Direitos e responsabilidades das partes contratantes e penalidades – Inciso VI	607
2.7	Alteração e rescisão contratual – Inciso VII.....	608
2.8	Vinculação ao instrumento convocatório – Inciso VIII.....	608
2.9	Necessidade de o contratado manter as condições de habilitação e as obrigações assumidas durante o ajuste – Inciso IX.....	609
2.10	Matriz de riscos – Inciso X.....	609

3. Contratos decorrentes de licitações de obras ou serviços de engenharia em que tenha sido adotado o modo de disputa aberto	611
4. Cláusula de eleição de foro	613
Art. 70	614
1. Introdução	614
2. As garantias da <i>Lei das Estatais</i> – Lei nº 13.303/16	615
3. Espécies de garantias	616
4. Limites normativos às garantias	617
Art. 71	620
Art. 72	622
Art. 73	623
Art. 74	625
1. Introdução	625
2. Acesso à informação pública	626
3. Todas as sociedades de economia mista e empresas públicas sujeitam-se à Lei nº 12.527/11?	627
4. Conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes	630
5. Casos de sigilo	631
Art. 75	634
Art. 76	636
Art. 77	637
Art. 78	640
1. Requisitos à subcontratação	640
2. Vedações à possibilidade de subcontratação	642
3. Contratos personalíssimos	645
Art. 79	646
1. Precisão conceitual	646
2. Contratos de eficiência, com “cláusula de sucesso” ou com critério de “maior retorno econômico”	647
Art. 80	651
Seção II	
Da Alteração dos Contratos	652
Art. 81	652
1. Origem e perspectiva dogmática sobre a alteração dos contratos feitos pelas entidades da administração pública	653
2. Alteração bilateral dos contratos feitos pelas empresas estatais	654
3. Alcance do art. 81	655
4. As hipóteses de alteração contratual admitidas	656
5. Limites das alterações contratuais	657
6. Reequilíbrio econômico-financeiro	659
Seção III	
Das Sanções Administrativas	662
Art. 82	662
Art. 83	666
1. Sanções administrativas aplicáveis a contratado	666
2. Espécies de sanções	667
3. Comunicação das penalidades ao cadastro de pessoas jurídicas punidas	670
Art. 84	672
CAPÍTULO III	
DA FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE	674
Art. 85	674
1. Competência para fiscalizar as empresas estatais	675

2. Acesso aos dados das empresas estatais	677
Art. 86.....	678
1. Transparência das despesas relativas a licitações e contratos – Acesso e controle	679
2. Dados, informações ou documentos sigilosos	682
Art. 87.....	684
1. Competência para o controle de despesas e ônus da prova da legalidade na prestação de contas.....	685
2. Controle feito pelos cidadãos.....	686
3. Controle pelos licitantes	686
4. Providências que podem ser tomadas.....	687
Art. 88.....	688
Art. 89.....	690
Art. 90.....	691
TÍTULO III	
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	693
Art. 91.....	693
Art. 92.....	696
1. Registro das empresas estatais	696
2. Consequência jurídica do não atendimento a determinação de registro	697
Art. 93.....	698
1. Limites de gastos com publicidade.....	698
2. Gastos de publicidade no ano da eleição	699
Art. 94.....	703
Art. 95.....	706
Art. 96.....	707
Art. 97.....	708
REFERÊNCIAS	709

ANEXOS

MODELOS DE EDITAIS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRA).....	715
EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	715
1 – PREÂMBULO	715
2 – DO OBJETO	715
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	716
4 – DO CREDENCIAMENTO	717
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA.....	717
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	719
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES.....	721
8 – DA AMOSTRA	722
9 – DA HABILITAÇÃO.....	722
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	725
11 – DOS RECURSOS	726
12 – DO TERMO DE CONTRATO	726
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL	727
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	727
15 – DO PAGAMENTO.....	727
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	727
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	728
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – COMPRA – ART. 48, I, DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/06 (CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP E SOCIEDADE COOPERATIVA).....	731

EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	731
1 – PREÂMBULO	731
2 – DO OBJETO	732
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	732
4 – DO CREDENCIAMENTO	733
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA	733
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	735
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES	736
8 – DA AMOSTRA	737
9 – DA HABILITAÇÃO	738
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	740
11 – DOS RECURSOS	740
12 – DO TERMO DE CONTRATO	741
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL	741
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	741
15 – DO PAGAMENTO	741
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	741
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	743
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (COMPRA)	745

EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	745
1 – PREÂMBULO	745
2 – DO OBJETO	745
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	746
4 – DO CREDENCIAMENTO	747
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA	747
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	749
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES	751
8 – DA AMOSTRA	752
9 – DA HABILITAÇÃO	752
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	755
11 – DOS RECURSOS	756
12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	756
13 – DO TERMO DE CONTRATO	757
14 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL	757
15 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	757
16 – DO PAGAMENTO	758
17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	758
18 – ENTIDADES PARTICIPANTES (se for o caso)	759
19 – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	759
20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	759
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	761

EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	761
1 – PREÂMBULO	761
2 – DO OBJETO	761
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	761
4 – DO CREDENCIAMENTO	763
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA	763
6 – DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES	764
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES	767
8 – DA HABILITAÇÃO	768
9 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	771
10 – DOS RECURSOS	771
11 – DO TERMO DE CONTRATO	772
12 – DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL	772
13 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	772
14 – DO PAGAMENTO	772
15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	772
16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	774
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – COMPRA	775

EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	775
1 – PREÂMBULO	775
2 – DO OBJETO	775

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	775
4 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO	776
5 – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2).....	777
6 – REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇO	778
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES	780
8 – DA AMOSTRA	782
9 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	783
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU PROVIDÊNCIAS.....	785
11 – DOS RECURSOS	786
12 – DO TERMO DE CONTRATO	786
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL	787
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	787
15 – DO PAGAMENTO.....	787
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	787
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	788
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	791

EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	791
1 – PREÂMBULO.....	791
2 – DO OBJETO	791
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	791
4 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO	793
5 – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2).....	793
6 – REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇO	795
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES	796
8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	798
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU PROVIDÊNCIAS.....	801
11 – DOS RECURSOS	802
12 – DO TERMO DE CONTRATO	802
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL	803
14 – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	803
15 – DO PAGAMENTO.....	803
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	803
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	804